

Economia



DA EMBRAER
Azul vai anunciar mais 13 jatos

Com a presença de Lula, aérea fará o comunicado na sede da fabricante de aviões



PARA
ACessar
O conteúdo
em
O GLOBO

INSEGURANÇA ALIMENTAR

8,6 MILHÕES PASSAM FOME

Número cai em 5 anos, mas é maior que há uma década. Região Norte tem percentual mais alto

CAROLINA NALIN, ARTHUR
FALCÃO* E LETÍCIA CARDOSO
reportagem em 18

A fome recuou no país em cinco anos, mas ainda está acima do patamar de 2013, dez anos antes. A insegurança alimentar — classificação que vai desde a incerteza quanto ao acesso a alimentos no futuro até a falta de comida para todos os moradores — era realidade em 27,6% dos lares em 2023, nos quais 64 milhões de brasileiros não tinham acesso pleno a alimentos para suprir suas necessidades.

A privação era grave em 4,1% desses domicílios, onde moravam 8,6 milhões de pessoas (incluindo crianças), em famílias que conviviam com a fome. Em 2018, a medição anterior da pesquisa, esta era a situação de 10,3 milhões de pessoas. O percentual de lares sob insegurança alimentar é menor do que o observado em 2017 e 2018 (36,7%), quando o país sentiu os efeitos da recessão, mas é maior que há uma década, quando havia caído a 22,6%.

Os dados foram divulgados poucos dias após o FGV Social mostrar que a extrema pobreza chegou ao menor nível registrado, de 16,9 milhões em 2023. Mas especialistas ressaltam que, além de as pesquisas não serem comparáveis entre si, uma combinação de fatores explica a fome ter recuado em relação a 2018 e, ainda assim, não ter alcançado patamares menores que há uma década. De melhora dos níveis de emprego e renda até a retomada



*Isso me ajuda. Sandra dos Santos trabalha como porteira noturna, mas voltou a catar alimentos no Cessa após 21 anos para complementar as refeições em casa

de programas de combate à fome — compromisso firmado por Lula — uma série de fatores motivou o recuo da fome em 2023. Economistas dizem que, para que o fantasma da fome assombrasse cada vez menos famílias, é preciso acelerar a implementação da política nacional de abastecimento alimentar e incluir desafios como o efeito de mudanças climáticas para alimentos.

RETOMADA DE AÇÃO PÚBLICA

Sandra Chaves, coordenadora da Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar (Penssan), lembra que o teto de gastos no governo Michel Temer congelou investimentos nas

áreas sociais e paralisou políticas públicas, incluindo as de acesso a alimentos. O Programa de Aquisição de Alimentos sofreu cortes em 2017 e foi minguando ao longo do governo Bolsonaro. Em 2022, foram repassados R\$ 90 milhões. Em 2023, houve um salto e foram liberados R\$ 710 milhões.

— A situação da fome é extremamente sensível a essas oscilações. Agora estamos começando a chegar nessas pessoas com a retomada das políticas públicas, tirando-as da situação extrema para moderada. Mas precisamos de um ciclo virtuoso com política de emprego inclusiva e redução de tributos sobre alimentos da

cesta básica — diz ela.

As regiões Norte e Nordeste registraram na pesquisa os maiores percentuais de lares com redução de quantidade e qualidade de alimentos ou risco de fome: 7,7% e 6,2%, respectivamente. No Centro-Oeste e Sudeste, os percentuais foram de 3,6% e 2,9%, em ordem. Na outra ponta, apenas 2% dos lares na região Sul estavam sob insegurança alimentar moderada ou grave.

O Pará foi em 2023 o estado com maior proporção de domicílios com insegurança alimentar grave (9,5%, seguido de Amazonas (9,1%), Amapá (8,4%) e Maranhão (8,1%). O governo do Pará informou que garante segurança ali-

mentar a sete mil famílias em situação de vulnerabilidade, além de contar com o Restaurante Prato Popular, em Belém, com preço simbólico de R\$ 2. O estado aderiu ao programa Brasil sem Fome e também incentiva a compra de alimentos de agricultores familiares e o destino a pessoas em situação de vulnerabilidade.

Para Francisco Menezes, consultor de políticas da ActonAd, a retomada de programas sociais junto à melhoria econômica, com avanço do emprego formal, possibilitam o recuo da fome em 2023. Ele lembra que o Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae), responsável por financiar as merendas escola-

res das redes municipais, estaduais e federais, estava há cinco anos sem correção de valores pelo governo federal. O orçamento só foi reajustado em 2023, em média, em 36%.

— Estamos defendendo que a implementação da política de abastecimento se acelere porque já se começa a sentir os efeitos das mudanças climáticas sobre a produção e preços dos alimentos. Isso atinge os mais pobres, pois grande parte do orçamento é destinado a comprar comida — explica.

'ESTÁ TUDO MUITO CARO'

Sandra dos Santos, uma baiana de 51 anos que trabalha como porteira noturna, voltou a catar alimentos no Cessa após 21 anos. Com renda de um salário mínimo e tiquete alimentação de R\$ 200, ela voltou ontem para casa com tomate, caqui, banana, maracujá e limão: — Está tudo muito caro. Isso me ajuda porque, em vez de comprar 1 quilo de tomate, já compro mais frango, mais ovo.

Paulo Nienke, professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), resalta que os estoques reguladores de alimentos básicos não foram retomados em 2023 por questões orçamentárias. E o governo deve adotar aumento gradativo para não estimular alta nos preços de alimentos.

— O plano de abastecimento está em fase final de elaboração, mas até que os resultados apareçam nos números, pode levar tempo.

(*Estágio sob supervisão de Danielle Nogueira)

Como se mede a insegurança alimentar?

> **IBGE:** O instituto usa a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar. Ela foi sistematizada nos anos 2000, a partir de modelo usado pelo governo americano para medir segurança alimentar em seu censo demográfico. Foi adaptada à realidade brasileira. Veja a classificação:

> **Segurança alimentar:** A família tem acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer

o acesso a outras necessidades.

> **Insegurança alimentar leve:** Preocupação com a incerteza quanto ao acesso a alimentos no futuro; qualidade inadequada de alimentos resultante de estratégias que visam a não comprometer a quantidade.

> **Insegurança alimentar moderada:** Redução quantitativa de alimentos entre os adultos e/ou ruptura nos padrões de alimentação por falta de alimentos entre os adultos.

> **Insegurança alimentar grave:**

Redução quantitativa de alimentos também entre as crianças; ou seja, ruptura nos padrões de alimentação por falta de alimentos entre todos os moradores, incluindo as crianças.

> **ONU:** A Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO, na sigla em inglês) realiza anualmente o relatório global do Mapa da Fome. A pesquisa usa a Escala de Experiência de Insegurança

Alimentar. Ela é composta por oito perguntas que medem o sentimento da insegurança alimentar em diferentes países. Veja a classificação:

> **Insegurança alimentar moderada:** As pessoas não tinham certeza sobre a capacidade de conseguir comida e tiveram de reduzir a qualidade e quantidade de alimentos e/ou, por vezes, de

> **Insegurança alimentar grave:** As pessoas ficaram sem comida e

passaram fome e chegaram a ficar sem comida por um dia ou mais.

> **Prevalência de subalimentação:** Leva em conta o consumo médio de caloria, ou seja, a quantidade necessária de calorias para que uma pessoa tenha bem-estar. Diferentemente da pesquisa do IBGE, a FAO não conta com a categoria de insegurança alimentar leve e, portanto, seus números não são comparáveis com os do levantamento do IBGE.

'Tem noites que sonho que estou comendo carne'

Família vive em Teresina em casa sem água nem luz com renda de R\$ 772 para sustentar três pessoas. No prato, só arroz e feijão

FRYDEM RIBEIRO
Reportagem para O GLOBO
reportagem em 18

Desempregada há dois anos e com o benefício do Bolsa Família de R\$ 650 bloqueado desde novembro, a empregada doméstica Rejane Santos, de 43 anos, foi morar com a mãe, a aposentada, Marlene Barbosa, de 60, em uma casa de um cômodo, na invasão Vila Poty Norte, na Zona Norte de Teresina. Assim, elas poderiam comer arroz e feijão to-

dos os dias e garantir leite e mingau para a filha, Nicole Nuane, de 2 anos.

Mesmo aposentada, Marlene não recebe os R\$ 1.420, mas apenas R\$ 772 mensais, porque paga três empréstimos consignados. Para garantir a alimentação da neta, Marlene tem feito sacrifícios que afetam sua saúde, pois ela é diabética e tem pressão alta. O dinheiro só dá para comprar arroz e feijão, Marlene não consegue incluir frutas, verduras e proteínas

necessárias para a dieta. — Como a comida é insuficiente, vou procurar cozinhar na mata para quebrar e comer — disse Marlene.

Rejane chega a sonhar com carne bovina e lembra dos tempos que o alimento fazia parte da refeição, quando trabalhava como doméstica e ganhava R\$ 1.310 por mês.

— Tem noites que eu sonho que estou comendo carne de gado, mas é só sonho. Quando dia da gente compra dois frangos por mês,



Saida. Rejane mora com a mãe após perder o emprego e ter benefício bloqueado

A situação da família fica ainda mais grave quando é preciso comprar medicamento para Nicole, que tem crises de epilepsia. Há dez anos, Marlene vivia em melhores condições financeiras, no povoado Boa Hora, na zona rural de Teresina. Ela foi morar na cidade porque se divorciou e precisava ficar próxima de unidades de saúde.

— Há dez anos, minha vida era melhor porque plantava milho, feijão e mandioca para fazer farinha. Com a venda dos alimentos da roça, dava para comprar carne de gado e de carneiro — disse. — Hoje, não temos dinheiro para comprar comida nem roupa e moramos numa casa de um cômodo, que não tem água nem luz.